

PREFÁCIO

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA*

São vinte e seis os capítulos deste volume e, apesar de haver um conjunto maioritário que incide sobre a temática central do evento que esteve na gênese das obras agora editadas, também há contribuições que versam outros temas e problemas, mas tudo somado articula-se num propósito comum.

E deve ser esse propósito que consiste em dar continuidade e, sobretudo, densidade a uma iniciativa ocorrida em 2002, em São Paulo, promovida pela Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e designado *INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*, com três edições (2002, 2006, 2016), mas, na primeira em que participei sentiu-se o disruptivo anseio de aproximar profissionais de Arquivo, Biblioteca, Centro de Documentação e Museu e, pondo-os no mesmo espaço, fazer acontecer o diálogo, um diálogo sem limites, um diálogo que não temesse o que, ao longo do século XIX, se tornou uma espécie de impossibilidade ou tabu — a integração formativa desses profissionais e a integração, em espaços e em dinâmicas comuns, dessas instituições culturais que a Modernidade autonomizou, isolou e cristalizou como torres de marfim fechadas umas para as outras, exclusivas e reservadas a quem as procura, ignorando conexões... Sentia-se, então, um genuíno anseio, porém o Brasil continua, hoje, incapaz de facilitar o desiderato proposto nessa alvorada do século XXI e por todo o mundo ele parece ainda uma quimera, apesar de se perceber a sua inevitabilidade.

Em 2011, foi realizada outra iniciativa, na Bahia, com semelhanças em seus contornos: o *Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus (ABM)* promovido pela parceria internacional entre a Universidade Federal da Bahia e a Universidade do Porto, com reunião de conferencistas do Brasil e de Portugal ao destaque sobre realidades de ambos os países, com base na era pós-custodial; ao prosseguir em 2022, realizou-se a segunda edição do ABM, a enfatizar a temática *Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração*.

Integrar e, sobretudo, constituir um campo unificado, que não é nem pode ser forçosamente homogêneo, continua um desafio difícil, mas a urgência na sua concretização é por demais evidente. E os capítulos deste volume sinalizam a obviedade desta afirmação e convertem-se em elementos construtivos de um programa de ação que está na hora de aprofundar e ampliar muitíssimo.

* Professor Catedrático. Faculdade de Letras – Universidade do Porto; CITCEM (UIDB/04059/2020, DOI 10.54499/UIDB/04059/2020). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0491-3758>.

Arquivo, Biblioteca e Museu constituíram-se institucionalmente e fisicamente como entidades separadas e até distintas por conta de alguns equívocos gerados pelo senso comum, essa capacidade humana tão inicial à espantosa sobrevivência do *Homo sapiens*, como fator-chave de sua limitação face ao mundo envolvente. Um equívoco basilar prende-se com a noção de documento: os arquivistas, por exemplo, convergiram para um objeto identitário a que chamaram «documento arquivístico», puro constructo artificial indispensável para garantir que a instituição ou o serviço de arquivo só podia incorporar, custodiar e facultar ao público documentos de proveniência jurídico-administrativa oriundos do Estado (central, descentralizado e desconcentrado) e de organizações burocratizadas; os bibliotecários associaram, de forma linear e exclusiva, o documento ao livro ou periódico impressos; e o museu ignorou a noção de documento, deixou-se seduzir pela noção de monumento e de artefactos artísticos ou não passíveis de serem musealizados, ou seja, expostos à fruição individual e coletiva.

Sucede, porém, que tal constructo é frágil e não é difícil revelar a sua fragilidade. Mas talvez seja mais convincente afirmá-la mediante o recurso a autores clarividentes, como Vilém Flusser, que, no seu indispensável livro *O Mundo codificado*¹, tratou de forma original e profunda a problemática dos códigos e matéria correlata, lançando uma luz forte sobre trevas e penumbras. Por exemplo, releva que na comunicação a relação íntima entre significado e estrutura, entre semântica e sintaxe não pode ser negada, «a forma é condicionada pelo conteúdo e ela o condiciona (embora o “meio não tenha de ser necessariamente a mensagem”)»². Para Flusser informar significa «impor formas à matéria»³, entendimento que para ele a Revolução Industrial clarificou em absoluto: «Uma ferramenta de aço em uma prensa é uma forma, e ela informa o fluido de vidro ou de plástico que escorre por ela para criar garrafas ou cinzeiros»⁴. E, entrando mais pelo «mundo codificado», ou seja, o mundo que o ser humano representa através de uma miríade de códigos, Flusser acaba, inesperadamente, produzindo uma teoria do documento ou da documentação, estando a pensar no design e mostra, desassombadamente, que as ideias elaboradas na mente não se plasmam, com propósito comunicacional, apenas em textos manuscritos ou impressos em papel, mas ganham formas materializadas de cariz tridimensional. Se daqui pularmos para a definição bem simples mas lapidar de que documento é uma ideia (entenda-se: informação) num suporte, como negar que uma cadeira ou uma casa é um documento, assim como uma escritura ou um livro ou revista.

¹ FLUSSER, V., 2013. *O Mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify. Em claro reforço da tese de Flusser, Ronan Bouroullec, designer francês, em entrevista recente ao Expresso, declarou que não se considerava um artista e que «O desenho é uma linguagem sem fronteiras e uma forma muito bonita de comunicar com as pessoas» (Entrevista a Ronan Bouroullec; FIGUEIREDO, I. P. de, 2023. Um designer não é um artista. *A Revista do Expresso*. 2023-07-08, 40).

² FIGUEIREDO, I. P. de, 2023. Um designer não é um artista. *A Revista do Expresso*. 2023-07-08, 100.

³ FIGUEIREDO, I. P. de, 2023. Um designer não é um artista. *A Revista do Expresso*. 2023-07-08, 31.

⁴ FIGUEIREDO, I. P. de, 2023. Um designer não é um artista. *A Revista do Expresso*. 2023-07-08, 31.

O código ou códigos presentes na cadeira ou no edifício não são os mesmos que o verbo (a língua) mas geometria, cálculo numérico e cor, constituindo uma verdadeira manifestação de como o Homem percebe, interage e se impõe no mundo.

Com a ajuda de Vilém Flusser conseguimos desvelar a ligação essencial, por muitos intuída, por poucos explorada, entre informação, comunicação e cultura. Uma relação que, em bom rigor, não se traduz num trinómio, mas num binómio especial: infocomunicação e cultura. E para percebermos bem aquele termo aglutinado, vale a pena relembrar esta definição: informação é o conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, película, banda magnética, placa digital, etc.) e, portanto, partilhadas de forma síncrona/assíncrona e uni/multidirecionada⁵. Uma definição que absorve bastante sentidos agregados ao conceito de cultura e que pode servir perfeitamente para caracterizar o conceito operatório, posto em relevo, sobretudo, desde 2014⁶. Uma definição importante, porém emergente, com dificuldade, no meio de um caos conceitual publicamente reconhecido⁷.

Arquivo, biblioteca e museu surgiram na Modernidade, paradoxalmente, ao arrepio do ideal enciclopédico iluminista, para serem a reserva perene de uma parte importante do mundo codificado. No entanto, ao se constituir, autónomos e distintos, ciosos, inclusive de uma pretensão epistemológica de ser cada um *per se* objeto de conhecimento científico, contrariaram a natureza extensiva do conceito/objeto de estudo documento (portador de informação) e bloquearam o modo aberto, integral e integrado de se aceder à densa complexidade do mundo codificado esmiuçado por Flusser. O desbloqueio não vem só de uma direção possível, mas certamente inclui a aposta na integração e no desafiante apelo do *INTEGRAR – Congresso* de 2001. O desbloqueio implica que se aposte profundamente, no quadro inevitavelmente propício, da tecnologia digital, uma equação aditiva: $A+B+M=$ Infocomunicação sem restrições de materialidade, de espacialidade e conectividade.

Para fechar cabe, aqui, um exercício em jeito de pergunta que retoma o ponto de partida deste texto: os capítulos que se abrem ao leitor, de forma sequenciada ou salteada, corroboram ou não essa equação superadora? O êxito desta obra passa, naturalmente, por permitir que da obra se extraiam respostas claras...

⁵ Definição extraída, com ligeiras alterações, de SILVA, A. M. da, 2006. *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: CetacCom; Edições Afrontamento, p. 150.

⁶ PASSARELLI, B., A. M. da Silva, e F. Ramos, 2014. *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: Senac, SP; Escola do Futuro.

⁷ Ver VEGAR, José, 2023. *O controlo contemporâneo e futuro da informação: dados, grandes volumes de dados e tecnologia*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, pp. 13-26.

